ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2952/2022

Aos vinte sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência inicial de **GERMANO BREMM**, **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade** – **SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB;** Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Daniel Cardoso Leite (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Cássio Weber (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.**

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),

Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

DEMAIS PRESENTES: Adacir José Flores (Delegado), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1.**

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicação;

3. Votação:

3.01. Atas 2949 (01/09) e 2951 (13/09);

4. Atualização sobre o processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;

5. Ordem do dia:

5.01. EM DILIGÊNCIA;

5.02. EM DILIGÊNCIA;

5.03. EM PAUTA – RGP 4: SEI 17.0.000021716-6;

5.04. EM DILIGÊNCIA;

5.05. EM PAUTA – RGP 7: SEI 21.0.000063859-2;

5.06. EM PAUTA – SMGOV: SEI 21.0.000105518-3;

5.07. EM DILIGÊNCIA;

5.08. EM PAUTA - ABES: SEI 21.0.000091169-8;

5.09. EM PAUTA – RGP 1: SEI 18.0.000048113-7;

5.10. EM PAUTA - SOCECON-RS: SEI 21.0.000109125-2;

5.11. EM PAUTA – OP: SEI 21.0.000109797-8;

5.12. EM PAUTA – DEMHAB: SEI 21.0.000112863-6.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h07min, temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos os Conselheiros e Conselheiras. Eu queria, hoje temos, então, uma inscrição para manifestação externa. Eu pediria para que enquanto a gente disponibiliza aí o uso da palavra à manifestação externa, também os conselheiros fizessem a inscrição para o período de Comunicação, a interna. Vou fazer que a leitura rapidamente dos presentes. [Relação dos presentes na inicial]. Temos inscritos, então, ao período de Comunicação, temos o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Hermes e temos uma inscrição externa de Adacir José Flores, Delegado da Região de Planejamento Um. Mais algum Conselheiro gostaria de se inscrever para fazer uso do período de Comunicação? Então, a gente encerra a inscrição para o período de Comunicação e já oportunizo a fala para o nosso delegado da Região Um, o Adacir, para fazer uso da palavra. Adacir, por favor, cinco minutos. Adacir, não sei se tu me ouves, mas tu estás sem áudio, tem que conectar aí. Tem a opção ali, onde tu vais inserir o áudio. Adacir, está sem o áudio aí. Então, não conseguimos te ouvir. Necessariamente, tem que apertar ali no botãozinho do áudio daí para poder conectar. Bom, vou oportunizar, então, a fala ao Conselheiro Felisberto, depois Conselheiro Hermes e a gente na sequência tenta aí, se o Adacir conseguir liberar o áudio. Boa noite, Conselheiro Felisberto!

2. COMUNICAÇÃO;

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite, Secretário. Boa noite aos demais conselheiros e conselheiras do CMDUA. A minha fala, ia cumprimentar... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** não estamos lhe ouvindo, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** E agora, estão me ouvindo? Alô! Boa noite! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só um pouquinho, Conselheiro. Os outros ouviram. O problema é comigo aqui. Deixa eu resolver aqui. Conselheiro Felisberto, nos ouve? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** E o senhor me ouve? Eu estou lhe ouvindo, mas o senhor não me escuta. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Estamos com dificuldade aqui no áudio. Só um pouquinho, Conselheiro, eu que não estou ouvindo, deu um problema aqui no nosso, já estamos resolvendo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Ok. Está me ouvindo agora, Secretário? **Germano Bremm, Secretário Municipal**

de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Estou trocando de dispositivo aqui para poder lhe ouvir. Conselheiro Felisberto, me ouve? Eu estava lhe ouvindo por este aparelho aqui. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tá eu estou ouvindo tranquilamente. Está me ouvindo agora? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Estou lhe ouvindo agora, fique à vontade, por favor, Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho os três minutos garantidos, né, Secretário? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso aí, eu não estava contando. [Risos]. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tá bom! Bom, primeiro boa tarde ou boa noite a todos e todas, né. Eu queria fazer algumas observações neste momento em que os permissionários do Viaduto Otávio Rocha estão sendo aterrorizados. Em nenhum momento há um diálogo com a Associação dos Permissionários e a forma como eles estão sendo tratados causa estranheza, porque a Administração Melo/Gomes não poderia tratar os permissionários dessa forma, até porque esse projeto nasceu a partir da associação, aprovado no CMDUA, pela RGP 1, pelo Conselho do Plano Diretor. Foi o único projeto até hoje implementado, que foi o de avaliação estrutural do Viaduto Otávio. Então, os permissionários, através do Presidente Flores, sempre estiveram diante dessas tratativas. Então, no dia 30 a gente fará um ato às 5 horas. Desde já convidamos para que os conselheiros e conselheiras se façam presentes para que a gente consiga construir um diálogo que permita o respeito aos permissionários. Não se exige nada mais do que saber para onde eles vão, ter um plano para a desocupação, que não tem. É a Bangu, desculpem o termo, mas é a Bangu. Ter a garantia do retorno ou pelo menos deles terem garantia do seu espaço, porque eles são permissionários. Terceiro, negociar a dívida, porque em nenhum momento nesses 17 anos, desde 2005, não houve qualquer possibilidade de sentar para negociar a dívida dos permissionários. Então, não dá para aceitar que um Prefeito ou o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico use isso como um argumento para desconstituir os permissionários. Nós não vamos aceitar isso. Eu como Conselheiro da RGP 1, defendendo o Fórum da RGP 1, nós não compactuamos com isso. Essa não é a forma de tratar com os permissionários. Se tem problemas, vão tentar à mesa, a gente sabe que é importante a restauração do Viaduto Otávio Rocha, mas antes de mais nada é necessária a humanização, um encontro com as pessoas e para as pessoas. Esse é um patrimônio imaterial e a cidade é

constituída pelas pessoas. Não podem várias pessoas serem tratadas como se fossem inimigas: *Ah, não, vocês estão devendo! Então, vocês têm que sair!* Não, não é bem assim! Tem os direitos que devem ser respeitados. Então, Secretário, eu peço também sua intervenção como Presidente deste Conselho, para que também se posicione e fale ao Prefeito Melo para que entre em negociação com os permissionários através da ARCCOV, não individualmente, porque isso enfraquece. E se esse for o objetivo, enfraquecer, pode ser um tiro pela culatra. Certo? Porque nós não vamos esmorecer. Se nós tivermos um na linha de frente, os 300 espartanos eram 300 e lutaram contra os atenienses. Então, não é a quantidade que qualifica um movimento, Secretário. Então, eu peço ao senhor, como um democrata, espero que o senhor não perca esse caráter, né, de democrata, e se atente para isso, porque esse foi um projeto construído pela ARCCOV. E nós fizemos o lançamento do projeto num seminário organizado em 2014 pela ARCCOV, num memorial do Ministério Público. Então, veja a história, a riqueza que tem esse projeto, constituído pela sociedade. Então, era isso, Secretário. e apenas uma informação, depois eu gostaria de saber, por que aumentou de 2,30 para 4,60 o estacionamento no Centro? É para subsidiar a passagem? Eu gostaria de saber isso, se alguém pudesse me informar. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem! Obrigado Conselheiro Felisberto, pela contribuição aqui ao debate. Vamos estender o convite ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, responsável ali pela gestão daquelas permissões de uso, enfim, para que talvez venha ao Conselho aí para elucidar esses pontos, essas tratativas, que eu realmente desconheço. E da mesma forma, né, a Secretaria de Mobilidade, eventualmente, para prestar os esclarecimentos com relação à cobrança superior na Área Azul, mas sim, está direcionado para esse subsídio com relação ao transporte público, né. Mas é adequado que a Secretaria responsável possa ter a oportunidade de vir aqui esclarecer esses pontos. Na sequência, então, passo a palavra para o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, hoje eu estava verificando, dando uma olhada nas nossas pautas, para ver o que passou pelo Conselho. E eu vi que várias situações me surpreenderam, mas eu vou relatar duas últimas, e não entenda como uma agressão, alguma cobrança, eu só queria entender a lógica dessa instrução normativa, que normatiza as nossas reuniões. Então, os dois primeiros processos, o 5.01 e o 5.02, que estão na pauta, eles foram distribuídos, o primeiro em junho de 2020 e o segundo em setembro de 2020. O primeiro

entrou em diligência em 30/06/2020. O segundo não achei a data aqui, é 06/10/2020. Então, praticamente, são dois anos. Eu queria entender essa lógica, porque quando os conselheiros atrasam os seus pareceres, uma semana, duas semanas eles são cobrados, e eu não estou criticando que sejam cobrados, eu acho que está justo, tem que ter certa disciplina, sou a favor dessa disciplina, mas qual é a lógica? Não tem prazo? Nós estamos há praticamente quatro anos e eu confesso que até hoje eu não entendi essa lógica. É só isso, Secretário. Não existe prazo para diligência ou, então, eles deveriam sair de pauta, se é muito longo. De repente precisam de um estudo muito longo. Eu até acho que é justo, mas, então, eles deveriam sair de pauta. Até fica mal para o Conselho encerrando, faz dois anos que eles estão em diligência. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Com razão, eu acho que a gente tem que refletir em alguma alternativa de procedimento, casos que extrapolem as habilidades do tempo. Especificamente, eu acho que esses expedientes estão na Diretoria de Planejamento Urbano e a partir das demandas, enfim, deles estartarem outros processos de consulta e estão pretendendo fazer alguma modificação. Eu acho que é algo nesse sentido, mas eu acho que em situações dessa natureza é melhor que a gente dê uma finalização, para realmente não ficar na pauta, né. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu lhe agradeço, Secretário. Acho que o senhor entendeu bem qual é a preocupação. Realmente, não é implicância com o Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, na sequência a gente tem o Seu Adacir inscrito aí para fazer o uso da comunicação externa. Acho que conseguiu resolver o problema do áudio. Adacir, nos ouve? Não, acho que temos problema. Não ouve. Acho que o Adacir está com problema no áudio. A gente avança aqui. Bom, encerramos o nosso período de Comunicação. acho que tivemos dificuldade com o áudio do Adacir. As atas, então, foram disponibilizadas na data de hoje. Então, eu acho que fica difícil da gente fazer a votação agora. Então, a gente já avança para o Item 4 da pauta:

4. ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE;

Nós temos uma notícia positiva aí para compartilhar com os conselheiros e conselheiras. Como vocês sabem, nós viemos há bastante tempo nesse processo de construção e de um projeto sólido para a revisão do nosso Plano Diretor da cidade, para que a gente possa produzir esse

projeto sólido. Buscamos recursos para isso, o Município tem toda a sua dificuldade de caixa e priorizar as demandas do planejamento urbano. O orçamento público sempre muito focado para a saúde, para educação, para segurança e às vezes o planejamento urbano não consegue viabilizar os seus projetos, em função da importância dessas outras áreas, mas buscamos recurso, financiamentos e estruturamos um projeto via cooperação internacional, como vocês já conhecem, um programa das Nações Unidas, o PNUD. A partir dessa cooperação internacional a gente vem trabalhando nessa revisão do Plano Diretor. Então, estruturamos o Plano Diretor em três grandes etapas e estamos agora na etapa de leitura da cidade. Então, trabalhando as disposições nas regiões de planejamento. Depois avançaremos ao longo do ano que vem para a etapa de sistematização e proposta, depois para a etapa de aprovação de aprovação para no segundo semestre do ano que vem a gente enviar para a Câmara de Vereadores o projeto de lei. Mas, em se tratando de revisão do Plano Diretor, obrigação do Executivo Municipal, enfim, junto com os diversos atores da sociedade para fazer essa construção, para construir esse projeto de lei precisamos de dados, de informações técnicas, de estudo. Obrigatoriamente, a legislação nos exige que assim seja. E para no subsidiar e nos dar esse suporte técnico para a gente produzir os processos participativos, todos esses debates. Então, a gente, via cooperação internacional, entabulou o modelo do qual a Vaneska, a nossa Coordenadora de Planejamento Urbano, vai fazer a explicação logo na sequência, onde vamos ter o apoio de uma consultoria internacional para nos subsidiar com esses dados, com esses estudos. Então, eu vou pedir para a Vaneska, eu acho que ela tem uma apresentação para fazer aqui e nos elucidar de como é que vai funcionar nessa dinâmica a partir dessa contratação, que foi homologada na data de hoje. Então, Vaneska, por favor. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite para todos. O Secretário já deu um pouco do *spoiler* da nossa reunião aí. A gente vem com certeza trazer avanços, que eu entendo que são muito importantes para esse projeto da revisão do Plano Diretor. A gente vai brevemente dar um pouco de contexto também, que a gente acha importante e relevante, para situar em que momento a gente está, né. Talvez vamos resgatar algumas questões que já foram tratadas em outros momentos aqui no Conselho, mas que a gente entende que são importantes agora que a gente está dando esse passo que vai avançar em relação à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Eu vou, então, compartilhar aqui a minha tela com vocês. Então, a ideia é falar sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, focando nesses avanços que nós tivemos, principalmente esse

de hoje, que foi a homologação da nossa consultoria principal, se é que a gente pode chamar assim. A gente vai explicar onde que ela entra no contexto da revisão do plano, que nós entendemos também que é importante ter esse contexto e alinhar essa nossa expectativa através do grupo do Conselho. Como todos sabem, é prerrogativa do Executivo Municipal coordenar a revisão técnica da revisão do Plano Diretor a cada 10 anos. Nesse sentido, a gente coloca numa posição central esse papel da liderança técnica da Equipe de Planejamento da SMAMUS, que existe esse grupo, que está interno na Secretaria, colocando e orquestrando a ação desses outros agentes. Então, prevendo a necessidade de orquestrar todo esse trabalho com todos os agentes que estão envolvidos com a implementação da política urbana no Município, a gente teve a nossa Instrução Normativa 04/2021, que estabeleceu a formação de três grupos de trabalho adicionais ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, para atingir o objetivo, que coloca bastante o nosso objetivo do plano atual, mas que se mantém contemporâneo, que é a de promoção do desenvolvimento, qualificação e expansão urbana a partir dessas estratégias de desenvolvimento sustentável, harmonia com o meio ambiente e garantia da qualidade de vida para as futuras gerações. Nesse sentido, a gente coloca esses três grupos de trabalho adicionais ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. O Conselho tendo esse papel de acompanhar, monitorar, validar, discutir, propor e opinar sobre todos esses temas que estão sendo debatidos para o processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Um grupo de trabalho técnico operacional, que é um grupo que conecta as demais Secretarias da Prefeitura dentro desse trabalho. Então, o nosso objetivo principal através dele é ter essa visão multidisciplinar, integrada, trocar e construir conhecimento e também cooperar com os colegas, estabelecendo um vínculo que a gente entende que deve fazer parte ainda, após a implementação do processo, de implementação do plano para também poder estar acompanhando os resultados do Plano Diretor. E mais os dois grupos de trabalho que nós temos junto com os conselheiros das regiões especificamente, o Grupo Consultivo das Regiões de Planejamento, focado no ponto de vista da sociedade local, problemáticas e temas. E o Grupo Consultivo Técnico, que a gente teve um edital, que ainda está sendo validado para poder ser publicado da devida forma. Mas, além das entidades que já têm assento no Conselho, vão acabar se somando cerca de 35, 40 entidades para participar nessa colaboração técnica do Município de Porto Alegre para a revisão do seu Plano Diretor. Também a gente entende que é importante pontuar. Se por um lado a gente tem a sociedade, que deve através desses grupos ou através das ações que esses grupos vão elaborar, participar

da revisão, a gente também desde o início teve essa previsão do que seriam as consultorias, que estariam complementando a expertise técnica da equipe, auxiliando e fornecendo subsídios. Então, é importante descrever esse quadro geral desses agentes para entender bem qual é o papel de cada um nesse processo e dentro das consultorias entender o papel dessa consultoria, que a gente fala que é a consultoria-chave para os estudos de desenvolvimento do Plano Diretor de Porto Alegre. Para isso, então, em 2019 ainda, estou recordando várias conversas que já houve em momentos diversos, teve a assinatura do projeto de cooperação técnica internacional, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Aí o nosso projeto, onde se encontram previstos esses estudos para o Plano Diretor, o Projeto POA 2030, inovador, integrado, resiliente e sustentável. E de forma estratégica, o que se entendeu e o que se consolidou pela equipe técnica e que faz parte da estratégia de implementação desse projeto? Foram reconhecidas algumas linhas de consultoria que poderiam funcionar de uma forma independente, daí para isso a gente pontua que a gente teve o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a parte do planejamento de comunicação e advocacy do plano, que muitos conselheiros conhecem já o consultor que está trabalhando nessa parte específica, como a gente pode tornar melhor a publicização e a informação em relação ao plano. E a gente teve ali uma terceira consultoria, que também faz parte dessas consultorias que se entendem que podem funcionar de certa forma autônoma em relação às demais consultorias, que é uma consultoria de geo, trabalhando para organizar. A gente falou diversas vezes das dificuldades que se têm em relação às bases de dados, padronização de dados do Município, que é uma consultoria de geo focada nessa organização da base, que vai dar os fundamentos para desenvolver os trabalhos técnicos específicos. E, por outro lado, então, a gente tem uma série de outros temas que têm que ser abordados na revisão do Plano Diretor. A gente traz um diagrama que sobrepõe uma série de questões que têm que ser correlacionadas dentro de uma cidade, para se prever, então, um regime urbanístico, um regulamento urbanístico. Então, a gente tem a mobilidade, o ambiente natural, o patrimônio histórico, a partir de economia urbana, a parte de desenvolvimento social, tantos outros. E disso veio muito a visão que se deveria pensar num formato de consultoria que permitisse formar uma equipe integrada, capaz de promover essa necessária correlação entre esses diversos temas, permitindo, então, o resultado que pudesse indicar diferentes fatores a serem ponderados para as indicações da

revisão do plano. A gente vai dar um exemplo, a gente pode pensar numa área onde tem um patrimônio ambiental bastante considerável, mas também talvez numa das bordas dessa área tem uma cidade de densificação. E, eventualmente, todo o regime vai ter que ser pensado em como viabilizar uma determinada ocupação numa área que de repente tem patrimônio ambiental, histórico, para otimizar a infraestrutura, mas não agredir o meio ambiente e nem esse patrimônio material e imaterial. Então, dando um exemplo rápido de como isso se faz, e isso nos deu muito a indicação de que precisaria se pensar num formato de construir e que essa equipe pudesse estar dentro de um mesmo grupo em que essas trocas fossem constantes no projeto e que permitisse fazer essa integração de todas essa bases, todas essas informações para atender da melhor forma o Plano Diretor. Em conversas com técnicos do PNUD se optou por essa forma de contratação, que são acordos de longo prazo, que eles tratam de empresas que são pré-qualificadas, como já também anunciou o Secretário. Então, foi bem voltado, que é um trabalho diferenciado. Então, são empresas que já têm uma classificação devido à expertise que têm, aos valores que têm, a atuação que eles têm no mercado internacional e elas atendem de acordo com aqueles escopos que foram colocados ali: consultoria de gestão, serviço público, mudanças organizacionais, proteção ao meio ambiente, auditorias. Então, são diversas linhas. A abrangência, então, essas empresas denominadas ali elas têm essa abrangência e atuação também na América Central e do Sul. E a justificativa para usar esse tipo de seleção era justamente pela dificuldade em encontrar talvez no mercado já formada uma equipe dessa maneira no mercado regular. Por considerar que é um serviço complexo, com baixa possibilidade de comparação. Então, se entendeu que era o encaminhamento necessário por tratar de empresas reconhecidas internacionalmente, pré-selecionadas e que se habilitariam para o envio de propostas. Nesse formato, então, o primeiro passo foi a construção de um termo de referência, que foi construído com base em discussões técnicas que foram realizadas. Até me foi resgatado pela equipe técnica, ainda em novembro de 2021, acredito eu, né, Renata? Agora eu fiquei em dúvida. Mas a gente teve uma série de discussões sobre os termos, teve um processo que se discutiu, se colocou para a avaliação do Conselho esse termo de referência, que era um termo de referência bastante abrangente, porque tratava de todas essas matérias dentro da cidade. E esse tema, então, foi construído a partir de três pilares, numa ponta 9 premissas que foram estabelecidas para a revisão do plano de Porto Alegre, um modelo espacial de como isso se organiza na cidade e um sistema de gestão e planejamento, acreditando que os procedimentos e a forma como a cidade se organiza é

essencial para que a gente consiga atender, alcançar os objetivos que foram estabelecidos. Com relação às premissas, também já foram discutidas em mais de uma ocasião, nos grupos de trabalho: a manutenção da estrutura lógica e espacial do Plano Diretor vigente; o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão colaborativa e democrática; a análise de desempenho e performance na nossa vizinhança; a própria sustentabilidade; o foco no espaço público; o investimento em sistema de gestão monitoramento; o desenvolvimento social; a integração entre elementos urbanos naturais e também pensar em como se habilitar instrumentos de financiamento da cidade. Na outra ponta o modelo espacial como organização da cidade, aí reconhecendo uma série de escalas a serem abordadas, desde a escala internacional até a unidade de estruturação urbana. Então, Porto Alegre na região metropolitana, no mundo, até a vizinhança ali do entorno de uma rua e sobre isso tudo passando de forma transversal. E de maneira mais rápida também, pontuando o que seria essa dimensão do sistema de gestão. Então, esse pilar corresponde à avaliação no funcionamento do nosso sistema atual e também pensar em instrumentos que possam auxiliar para que sejam melhor conduzidas essas práticas. Em relação às etapas que foram previstas, isso pode passar. Para contextualizar, a gente posiciona aqui onde estão essas consultoria dentro do nosso planejamento. A gente já falou mais de uma vez que são essas três etapas principais: a leitura da cidade; sistematização e propostas; e ali na aprovação a gente até poderia complementar como aprovação/implementação. A gente tem ali estabelecido dentro da leitura da cidade tanto o diagnóstico quanto uma consolidação dessa leitura. E nas propostas, então, a consolidação de propostas e a consolidação da minuta. Dentro da consultoria estão previstos 8 produtos, 2, 3 produtos, ali chega até o quarto produto, ainda avançando sobre a leitura da cidade. Os produtos seguintes, então, mais voltados para sistematização e propostas, a gente vai brevemente falar de cada um desses oito produtos. O produto um, que é o plano de trabalho, matriz de dados e informações, tem a finalidade de organizar essa metodologia de como a gente vai trabalhar com empresa. A gente entende que desde o início é importante já fazer essa conversa, pensar quais as atividades principais, quando vão ser executadas. A gente tem um macrocronograma, mas a gente está falando de realmente um planejamento de um projeto que nos dê condição de fazer a gestão e entender as etapas que são recorrentes, as etapas que têm algum nível de dependência. E também nessa primeira entrega, o que a gente chama que seria uma matriz de dados e informações, que é começar a pensar quais os dados que devem fazer parte desse primeiro momento do nosso Plano Diretor para que se possa estruturalmente

buscar isso nas diversas secretarias. O segundo produto é de conceitos e diagnósticos. Então, avaliar esses conflitos, potencialidades, caracterizar o território. Ai a gente fala em todas essas escalas, como bem devem recordar no termo de referência que foi compartilhado. E também avaliar o sistema de gestão, esses conceitos e diretrizes constantes no plano. Então, mesmo que a gente tenha dados, aquelas premissas vão ser reavaliadas por essa equipe técnica. O produto três trata da avaliação das estratégias no modelo espacial e de sistema de gestão e planejamento. Então, fazer realmente uma crítica com relação à construção do plano de hoje, mas sempre tem aquele pressuposto de não alterar o modelo do plano. O produto quatro é um produto de consolidação da leitura da cidade, que a gente entende que durante todo esse momento vão estar acontecendo conversas com a sociedade e que vão impactar a leitura técnica desses produtos dois e três. Então, é o momento de se fazer essa costura, que vai sendo processada, mas ela resulta em um produto específico sobre isso. O produto cinco, então, a apresentação do modelo espacial de sistema gestão e planejamento, já no âmbito de uma proposição. No produto seis faz a discussão do modelo espacial e sistema de gestão e planejamento. O produto sete consolida as propostas desse modelo. Então, como a descrição do território fica e como o sistema de planejamento fica organizado. E o produto oito, então, trata dessa consolidação, resultando ali na descrição de instrumentos na própria minuta para a revisão do Plano Diretor. Para que isso fosse atendido dentro do termo de referência foi prevista uma série de especificações em relação ao corpo técnico mínimo obrigatório que deveria fazer parte desse grupo. Então, se colocou ali, principalmente na parte da direção alguém que tivesse experiência em coordenar equipes multidisciplinares, gerir e supervisionar, coordenar projetos de urbanismo. Daí pensando no saneamento, mas pensando também na coleta de resíduos, também pensamos nas telecomunicações, na energia, na mobilidade. O consultor sênior em área ambiental e também em economia e administração. Essa foi a equipe que foi solicitada. Então, dessa solicitação, colocamos também como é que estão essas contratações, a especializada em tecnologia da informação foi contratada, que é essa de geo, que a gente teve até esse momento uma reunião de abertura e já está se processando os diagnósticos para entender como está a situação da Prefeitura em relação aos diversos sistemas de informações que existem no município e como a gente pode trabalhar eles para o planejamento urbano. A consultoria de comunicação advocacy, como a gente já comentou, é uma consultoria que também está acompanhando esses primeiros movimentos das exposições e também a revisão das ações que já foram realizados. E esse que a gente comentou, que é o do

dia do diagnóstico, avaliação do modelo espacial do sistema de gestão e planejamento e que visa fornecer esses subsídios à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, que foi homologado na data de hoje e que foi feita já a seleção da empresa, dentre as propostas, que se adequou, que se propôs a atender todo esse escopo. Detalhou como é que vai atender cada uma dessas partes, a ser ainda detalhada com maior especificidade no plano de trabalho. Entre aquelas empresas qualificadas a gente fez um destaque, é a empresa EY Brasil, que é uma líder global em consultoria, tem uma série de projetos relacionados à gestão de processos, planejamento estratégico, gestão de mudanças. Tem até uma série de outros exemplos de projetos que foram executados em relação ao planejamento de infraestrutura, inclusive, no Brasil, com expertises de mobilidade, de saneamento. Então, eles reúnem uma série de habilidades técnicas e fazem essas combinações de equipe de acordo com os projetos que vão ser efetuados. Então, a gente colocou aqui uma breve descrição, porque a gente não trouxe todas as informações da empresa, porque a homologação realmente foi feita agora, acho que fazem alguns minutos que a gente recebeu a informação. E sempre foi esse o nosso desejo, anunciar essa escolha no Conselho do Plano Diretor. Então, eu já agradeço, esse era o nosso slide que a gente colocou, para poder já dar essa notícia no Conselho e a gente se disponibiliza para outros encaminhamentos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Vaneska e Renata, pela apresentação. a ideia hoje é só realmente fazer alguma comunicação, disponibilizar a apresentação e na próxima reunião a gente tenta de novo colocar na pauta, enfim, para discussão, esclarecimentos. A gente só não queria perder a oportunidade, ao invés de comunicar via imprensa essa homologação, quisemos trazer para compartilhar em primeira mão para os conselheiros. A gente estava há bastante tempo trabalhando, enfim, nessa construção, então, com felicidade, com alegria. É com empolgação, então, que a gente comunica a contratação via operação internacional, Programa das Nações Unidas, PNUD, no destino modelo e no regramento estabelecido pela União. Essa contratação é feita diretamente com o PNUD, nos moldes explicados aqui pela nossa Coordenadora de Planejamento Urbano, é um contrato de cerca de 6 milhões que vão ser, então, utilizados para a entrega desses diversos produtos, com diversos profissionais envolvidos. Essa empresa é mundialmente conhecida, tem sede na Inglaterra, escritório em mais de 150 países, incluindo o Brasil e ela vai ser, como comentou a Vaneska, responsável pelos diagnósticos, pelos estudos territoriais, simulações de cenários urbanos, tudo com o objetivo de a gente atualizar o modelo de

organização do território do Município e estruturar o sistema de planejamento na gestão da política urbana da nossa capital. Então, em primeira mão está compartilhada a informação da homologação da empresa vencedora desse processo seletivo, dessa escolha que foi efetivada pelo Programa das Nações Unidas. Camila, por favor, compartilha com os conselheiros. Aqui a gente só quis fazer essa comunicação primeiro, aí na próxima reunião a gente faz também, com vocês mais apropriados com essa apresentação, enfim, faz o respectivo debate e aprofundamento do tema. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem, primeiro é necessário fazer as colocações, né. É estranho que sempre a gente é comunicado dos passos que é feito pela Prefeitura, se repassou R$ 11 milhões para o PNUD e até agora a gente não teve nenhuma conversa com o PNUD. E hoje, para minha surpresa, neste momento houve o aumento de produtos, no protocolo de cooperação técnica internacional eram quatro produtos. Eu queria saber se há um aditivo, eu gostaria de que este Conselho fosse informado, pelo relato da Vaneska. Então, a minha Questão de Ordem, Secretário, é reiterar que tem que ser tratado com o Conselho. Não é admissível que o Conselho só seja comunicado. Eu não quero ser um espectador, eu quero ser participante e a construção é da cidade, a cidade é nossa. Aí vem os estrangeiros aqui dizer o que é bom para nós. Eu acho isso um atraso. Nós construímos em 93, 94 e 95, até 97, um plano com a nossa identidade, com a nossa diversidade. Então, nós estamos perdendo isso, este momento rico que nós poderíamos recuperar isso. Então, essa é a minha Questão de Ordem, que se trabalhe com o Conselho ou com o grupo técnico. Hoje no grupo das regiões só tinha duas regiões. Então, é difícil, Secretário. Eu reitero que o PNUD tem que vir no Conselho. Nós somos um órgão de participação e de controle social, só se nós estamos perdendo esse caráter. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu acho que a gente ao longo da próxima reunião marca também um debate específico. É justamente a ideia de trazer aqui essa comunicação para que não tomem conhecimento pela mídia o resultado dess contratação. Isso é fruto das diversas reuniões que tivemos, das inúmeras apresentações, onde deixamos desde o início muito claro que precisaríamos de apoio técnico, de estudos. A revisão do Plano Diretor é responsabilidade do Executivo e está sendo liberado pela Diretoria de Planejamento Urbano, pela coordenação, mas para a gente produzir todos esses processos participativos e efetivarmos a participação de todos esses agentes, esses

protagonistas da gestão da política urbana, inclusive, o Conselho do Plano, nós precisamos de dados, de estudos técnicos. E é nisso que se soma a consultoria, que se soma a empresa contratada e anunciada aqui por nós. Vaneska, é isso? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu só queria esclarecer algumas coisas, porque eu fiquei com um pouco de receio de talvez não ter sido clara o suficiente. Então, de repente tentar fazer algumas colocações, talvez esclareça. Eu acho bem importante esse debate na próxima reunião. Entendo que daí também a gente pode disponibilizar mais documentos, que até este momento a gente talvez não pudesse estar disponibilizando. Eu acho que o nosso debate também vai ser qualificado por essa questão. Só queria esclarecer que não se mudou o número de produtos. Esses produtos são assim, bem como falei, que já constava no primeiro, mas talvez o que exista é porque fica ali uma repetição de entender onde que estão todos esses números. Isso que eu entendi que talvez tenha ficado confuso, eu vou tentar deixar mais claro e mandar o material que consiga esclarecer isso. A consultoria, apesar de ser internacional, tem essa busca a consultores locais. Então, tem na equipe, como a gente não tem a formação completa da equipe, a gente não consegue ainda estar aqui colocando os nomes, mas vamos ter também consultores que são locais. Todas essas que concorrem têm sede no Brasil, por isso eles podem prestar esse serviço também, se estivessem só no exterior não estariam habilitados, inclusive porque eles vão ter que estar aqui atuando com a gente. A gente também entende isso, não adianta vir talvez algo que venha pronto, né, de fora, com certeza essa não é a ideia. Eu não sei se esqueci de alguma coisa, mas também se os conselheiros quiserem já encaminhar algumas perguntas, a gente pode vir com algumas respostas na próxima reunião. Eu acho que assim fica bem para a gente não tomar mais tempo da reunião, Secretário? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, isso aí, a gente coloca na pauta também com o maior nível de detalhamento na próxima reunião. Então, agora temos uma consultoria e esperamos logo em breve assinar os respectivos contratos e trabalhar nessa revisão do Plano Diretor, fazer uma revisão profunda, à altura do que a nossa Cidade de Porto Alegre merece. Avançamos, então, Conselheiros, para a nossa Ordem do Dia.

5. ORDEM DO DIA:

5.12. EM PAUTA – DEMHAB: SEI 21.0.000112863-6.

Nós estávamos no Item 5.12 da pauta, interrompemos a discussão em função do adiantado da hora e iríamos entrar para o debate:

EXPEDIENTE: 21.0.000112863-6;

INTERESSADO: GAM3 Parks SPE S.A. / Município de Porto Alegre;

ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU);

LOCAL: Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 333;

REGIÃO: RGP 1 (Praia de Belas);

RELATOR: DEMHAB;

DATA DISTRIBUIÇÃO: 26/07/2022;

PRAZO PARA PARECER: 02/08/2022;

HISTÓRICO: apresentado pelo empreendedor em 02/08. Apresentação relato de vistas em 13/09.

APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: apresentou em 23/08;

APRESENTAÇÃO DO PARECER: FAVORÁVEL em 23/08;

PEDIDOS DE VISTA: Prazo 30/08/2022;

1) RGP 1 - Felisberto - ok

2) ACESSO - Claudete - ok

3) SAERGS - Hermes – ok;

4) AREA - Rodolfo – ok.

Tivemos alguns pedidos de relatos de vista, os respectivos relatos já foram realizados pelo Conselheiro Felisberto, pela Conselheira Claudete, pelo Conselheiro Hermes e pelo Conselheiro Rodolfo. Com relação ao relato de vista do Conselheiro Rodolfo da ASBEA a gente teve um retorno e disponibilizamos lá no processo também, do empreendedor, que nos formalizou aqui, encaminhando o acolhimento no desenvolvimento dos projetos desse relato, dessas sugestões que foram lidas na última reunião pelo Conselheiro Rodolfo. Só vou fazer a leitura aqui rapidamente do que foi encaminhado pela Diretora Sócia da GAM3 Parks, a Carla Deboni: *Diante do processo de aprovação do Projeto do Parque da Orla, gostaríamos de nos manifestar a respeito do parecer feito pela ASBEA e suas considerações sobre o nosso projeto. Avaliamos e respeitamos a análise feita, bem como estamos dispostos a atender as sugestões ali feitas para que possamos chegar em um projeto mais adequado à população da nossa cidade. Todas as contribuições feitas estão sendo já analisadas e sendo incorporadas, sempre que possível, pela equipe responsável pelo andamento do projeto. De modo geral o projeto irá contemplar as solicitações feitas. Desde já agradeço a atenção, Arq. Carla Deboni Diretora Sócia Gam3 Parks*. Então, só para deixar claro, após o relato de vista veio a

manifestação formal já do empreendedor. Então, eu consulto se temos conselheiros inscritos para debater. Temos já o Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro gostaria de se escrever para debater? Temos Conselheiro Saffer, temos o Conselheiro Hermes, a Conselheira Vaneska. Mais algum conselheiro inscrito? A Conselheira Claudete. Não havendo mais conselheiros inscritos, encerramos a inscrição... o Conselheiro Rafael Passos também está inscrito e para encerrar sempre a representação do DEMHAB, que fez o relato favorável. Então, abrimos ao Conselheiro Felisberto para debater, por dois minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Um tema que envolve uma discussão mais aprofundada, eu gostaria de deixar a primeira indagação se tem a análise do impacto da rua que passa em frente ao Tribunal, ao Fórum Federal, ao Tribunal Regional da 4ª Zona, ao MP. É uma rua estreita, é uma rua que durante a semana recebe advogados, partes, apesar de que hoje o sistema é virtual, mas mesmo assim tem uma fluência de público naquela via. E me causou estranheza, ainda continua me causando, é que em nenhum momento se escute as partes que sofrerão o impacto desse projeto. E o Secretário da última vez disse que se tratava de um ente federal. Não, eu quando, lá em 1900, quando tinha o Orçamento Participativo, para pavimentar a rua foi um pedido da Diretora do Fórum, e nós do Conselho do Orçamento Participativo, da Região Centro, dissemos: *Não, se a Diretora do Fórum*... Que depois foi Presidente do Supremo Tribunal Federal, ela foi na região defendeu a necessidade de pavimentação daquela rua. Então, tem uma verba pública muito importante colocada ali. Então, Secretário, eu peço e encareço mais uma vez como Conselheiro, que seja feita essa diligência. Eu sou Conselheiro da região e eu tenho essa prerrogativa de pedir diligência. E o nosso parecer conjunto Hermes, Felisberto e Claudete, nós fomos bem específicos com isso, é um projeto que vai descaracterizar toda a região. Então, também isso tem que se analisado, qual é o caráter dessa região, da paisagem urbana natural, que tem as características e que pode ser descaracterizado. Então, com o máximo respeito aos proponentes ao parecer da representante do DEMHAB, o meu voto será contra. Era isso, Secretário. Obrigado pela paciência e por ter tolerado o ultrapasse. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição. Conselheiro Saffer na sequência inscrito. Já queria aproveitar só para colocar que é um estudo de viabilidade, é uma exigência, é um estudo de impacto com relação ao trânsito. Então, todas as medidas viárias necessárias são avaliadas nesse estudo de impacto e que tem a aprovação do órgão de mobilidade do Município junto a CAUGE.

Conselheiro Sérgio Saffer, dois minutos. **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos. O Rodolfo na reunião anterior já tinha feito algumas manifestações sobre esse relato do nosso parecer de vista. Algumas coisas, apesar de nós termos feito essas sugestões, a gente entende como a minimização de algumas situações que estão acontecendo. Essa preocupação que o Felisberto tem nós também temos, do impacto que ele tem nessa região, como colocação desse equipamento junto com a relação com seu entorno, né. Sendo isso, a gente fez uma sugestão à Secretaria e ao Secretário Germano, na reunião anterior e deixamos aqui como um alerta para as próximas que vão ter, concessões. E a gente já vem alertando isso também, por exemplo, ao trecho dois, que seja um pouco mais detalhado, mais aprofundado talvez em algumas diretrizes, referente à compatibilização ou como que seria o trecho um com o trecho três, né. É óbvio, vou dar um exemplo bem básico, uma coisa, é que no mínimo quem vai entrar aí no trecho dois, no mínimo dos mínimos tem que seguir a mesma iluminação que tem no trecho um e três. Então, essas preocupações que a ASBEA tem nesse processo que hoje nós estamos em pauta, nós estamos fazendo uma sugestão e um alerta para os outros que estão por vir na cidade. Eu também queria deixar, eu não tinha visto que já tinha essa carta, fiquei surpreso, mas independente, eu só queria deixar em aberto um procedimento que às vezes a gente não tem na prática aqui no Conselho, que é o seguinte: normalmente o relator faz o seu relato, às vezes tem vista e as pessoas trazem a sua vista. Depois tem o debate e depois do relator faz o seu relato. Eu tenho o entendimento aqui no Conselho, apesar que como nós tínhamos sugerido que fosse incorporado no relato do relator essa nossa sugestão, mas aqui está ultrapassada já a questão, mas é que eu acho importante ficar registrado aqui para um procedimento geral nosso, tá! Que o relator depois de ver os retornos de vista, depois dele ver o debate, ele tem e pode no final da reunião, se ele quiser pedir para não fazer o relato ainda no dia, ele pode alterar. Pode ser um relato favorável e depois de um debate querer mudar. Ele pode também acrescentar algumas coisas, como nós tínhamos sugerido ou algumas sugestões do próprio Felisberto. E como ele já viu a vista já pode trazer hoje na reunião, mas se fosse tudo na mesma reunião, que ele tenha essa flexibilidade de pedir para não fazer o relato ali. Então, o que eu quero deixar bem claro, em uma sequência lógica de debate o relator apresenta, tem vista, tem debate e ele pode ou não manter o mesmo relato, ele pode ter a autonomia de querer acrescentar, mudar e fazer. Eu queria só deixar bem claro isso nos nossos procedimentos mais adiante. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**

Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Saffer. Eu acho que de fato é uma liberdade do relator. Nesse caso, em havendo já a manifestação formal por parte do empreendedor já está superado esse ponto, mas acho que tem sim essa liberdade o relator. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu inicio concordando com o Conselheiro Sérgio. Eu acho que essa possibilidade de a partir das discussões o relator poder fazer alterações, inclusões, ou retirar alguma coisa, ou até mudar o seu parecer, é extremamente interessante. Hoje como está, pela rigidez de que é feito, o relator apresenta antes o seu parecer e ponto final. Mas eu pedi a palavra, vou ser bem rápido, Secretário. Primeiro, eu queria insistir que, além do que já foi dito pelo Conselheiro Felisberto, o nosso parecer conjunto traz uma questão de mérito. Então, a nossa discordância também, eu sei que isso não vai mudar, é um projeto de governo, vai ser feito do jeito que o governo pretende, mas nós temos uma discordância de mérito, na forma que estão sendo cedidos, transferidos à iniciativa privada os parques. Essa é a primeira coisa que eu queria que ficasse bem claro. A segunda coisa, na verdade, conforme o nosso parecer, está colocado que seria necessário no mínimo um Estudo de Impacto de Vizinhança. Como não existe a regulamentação de Estudo de Impacto de Vizinhança, não foi regulamentado ao longo de vários anos, deveria ter algo semelhante. Na verdade, o que tem é um parecer da EPTC dando algumas diretrizes. Quer dizer, mais uma vez falha e não tem nenhuma consulta, nenhum tipo de interação com as entidades, os órgãos governamentais, inclusive do Governo Federal, vizinhos. Então, eu acho que é outra falha. Por fim, o nosso parecer também fala e nesse ponto coincide com o parecer da ASBEA, que foi apresentado, de certa confusão de desenho. Eu acho que é um projeto, com todo o respeito aos arquitetos que fizeram, não é a questão do projeto, é o que foi pedido para eles, é uma coisa meio Tupiniquim. E eu digo isso com tranquilidade, não tenho nenhum receio de dizer isso, mas é o que foi pedido. Isso aí para mim vai ser mais uma vez, que nem foi feito, apesar das críticas, do Chafariz do Largo Glênio Peres, que era o desejo de um técnico da Prefeitura, ele terminou mobilizando o governo, gastaram uma tonelada de dinheiro e a única vez que foi usado foi quando teve um ato público de um partido que fazia oposição ao Governo Fogaça. Então, tudo bem, eu queria só deixar registrado isso, se gasta um monte de dinheiro e nem sempre nas coisas, por falta de discussão, são tomados os melhores caminhos e as melhores decisões. Mas como é um projeto de governo eu respeito. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**

Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição. Conselheira Vanessa, na sequência inscrita. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Também vou procurar ser breve, mas pontuar algumas questões. O Secretário já comentou do estudo de impacto e o estudo de impacto não é um parecer simples e de poucas páginas, ele é um estudo de 103 páginas, que está anexo ao processo e que descreve todos os problemas que podem acontecer ou todos os desafios que existem a serem enfrentados e que devem resultar em adequações da proposta, para que o tráfego possa ser melhor conduzido. Também pontuando que é uma região da cidade, que todos têm o conhecimento que esse fluxo que é da parte dos advogados, dos fóruns, ele acontece durante um certo período da semana, durante o período do dia e os eventos geralmente têm outros períodos de ocorrência. Isso tudo está mencionado ali. Eu entendo que é um documento técnico o estudo de tráfego, que pelas conclusões se consegue ler bem quais são as modificações que estão sendo pedidas no projeto para que possa estar compatível com o impacto que ele vai gerar no tráfego ali na região local. Com relação às contribuições que o Arquiteto Rodolfo tinha colocado, achei importantíssimas, Saffer. Até falei para a nossa equipe: *Pessoal, vamos lá, olhem como ficou a descrição*. Eu entendo que são questões que a gente já poderia até algumas delas ter colocado dentro da análise. Acho que foi um parecer que da parte urbanística arquitetônica ele contribuiu bastante assim, é objetiva enquanto parecer arquitetônico e urbanístico em relação à qualificação daquele projeto. Então, fico bem contente que consegue ser absorvido já nessa etapa, mesmo que a gente entenda que ainda vão existir as etapas de projeto arquitetônico, de projetos complementares, que vamos detalhar, é importante para manter essa coerência do projeto, que fala até de questões de paisagem. Então, é bem importante para que a gente possa manter a qualidade de uma área nobre da cidade. Eu achei que foi bem importante e para a nossa equipe eu também já coloquei essa questão, da gente buscar cada vez mais, aí é bem importante a contribuição dos conselheiros da área técnica, em estarem colocando aí mais elementos que a gente pode estar cada vez mais qualificando essa análise dos processos. Era isso, o processo está com bastante informação, o resto consegui localizar bem. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela contribuição ao debate. Conselheira Claudete, inscrita para o debate. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Pois, então, já

foi colocado por alguns colegas aqui, quero só trazer alguns outros pontos. A gente considera que a concepção da alteração de parque natural para um parque temático, que ela não passou por aquilo que preceitua o Estatuto da Cidade, de uma gestão democrática. Não teve participação nessa concepção. Foi feito no momento de pandemia essa concessão pública, ou seja, no momento de fragilidade social, sem ampla visibilidade, quando as pessoas estavam preocupadas com a sua subsistência, com a saúde, nós encaminhamos à Prefeitura. Formalmente foi garantido que fossem asseguradas algumas atividades, mas, materialmente... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** A sua câmera, Conselheira, conegue ligar? Não estamos lhe vendo. Não sei se está com problema, alguma coisa. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, não, Secretário, não estou com nenhum problema. Até acho que no seu decreto o senhor colocou que era uma opção, mas eu posso ligar, não tem nenhum problema. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por gentileza. Não, eu acho que é obrigatório, a gente botou lá. Mais para quem está nos assistindo de casa. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É, eu acho que seria até uma questão de respeito que a gente divulgasse, Secretário, não só quem está falando, mas todas as pessoas, para quem ouvisse pudesse ter exatamente a amplitude, o acompanhamento, coisa que a gente não faz também, uma pena. Mas continuando assim, então, começamos pela concepção, que é totalmente fora daquilo que preceitua uma gestão democrática e participativa. Descaracterizam um parque natural, criando um outro tipo de espaços sem a menor discussão com a sociedade. E aí nós vamos verificar, e o pessoal diz assim: A orla é um caso de sucesso! E aí o que nós temos nesse parque é algo completamente oposto ao que nós temos na orla, né. Na orla nós temos espaços públicos e gratuitos, ali nós vamos ter um parque temático e pago, de acesso gratuito, mas pago em suas atividades. As formalidades, na verdade, ali das atividades, que eu estava referindo, foi assegurada a Semana Farroupilha e os indígenas, formalmente foi assegurado, materialmente eu gostaria de entender, o parque vai fechar nos 15 dias da semana santa para os indígenas poderem fazer a espiritualidade deles e reflexão. Como é que vai funcionar isso? Como é que eles vão usufruir desse espaço aquilo que eles procuram, acesso à vegetação, tranquilidade e água com 30 comércios, com uma roda-gigante naquela característica. Então, me parece que materialmente não foi respeitado em nada. Os estudos são precários, são, eu não vi, por exemplo, o estudo de

ruídos. E aí nós temos uma atividade essencial ali no entorno, que a gente desejava que fossem consultadas, conforme preceitua o Estatuto da Cidade, mas o nosso Secretário entendeu que nós não podemos consultar e nem ouvir a sociedade. Uma atividade judicial que demanda sossego para a sua atuação, porque o pensar demanda sim, eu preciso de silêncio, eu preciso fazer uma audiência, eu preciso de tranquilidade. Eu não tenho o estudo de ruídos, eu não vi em nenhum momento estudo de ruídos. E nem podemos consultar os órgãos, porque segundo o Secretário foge à nossa competência. E me chama ainda atenção que vem aqui a informação do Secretário que o empreendedor acolheu o que a ASBEA colocou, aí eu olho ali no texto e o empreendedor diz assim: *Todas as contribuições estão sendo analisadas. Elas serão incorporadas na medida do possível e de modo geral*. Ou seja, é uma forma genérica que não traz nada e não diz, nem daquilo que foi colocado pela ASBEA vai ser acolhido e integrado no nosso texto. Então, sem falar, é bizarro, não encontro outra palavra para dizer que o empreendedor decide o que ele vai incorporar dentro do seu projeto, não é o poder público que tem que impor as limitações daquilo que preserva o interesse público. É muito estranho tudo isso, mas como bem disse o Hermes, isto aqui é um projeto político, não é projeto de cidade, nem de participação. Então, diante de várias nulidades nós já colocamos que somos totalmente contra esse projeto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela contribuição. É importante só esclarecer que aqui tratamos de um Estudo de Viabilidade na Urbanística, não especificamente de um projeto executivo. Então, esse nível de detalhamento de projeto. Naturalmente não cabe necessariamente ao Conselho, mas ao Conselho cabe essa viabilidade, esse macro, o Conselho tem a sua importância e não entra nesse detalhe com relação aos projetos. No entanto, sempre é contributiva, democrática a todas as participações. E eu não tenho dúvida que faz com os projetos evoluam. Conselheiro Rafael Passos, na sequência. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Vamos por partes, vou começar por onde terminou a Conselheira Claudete. E aí eu atento para o fato de que não é conclusiva a mensagem do empreendedor, no sentido de atender aquilo que consta do parecer de vista. E com o qual o IAB coaduna completamente, principalmente naquilo que eu já manifestei na primeira sessão que foi discutido e que foi objeto também de debate no evento organizado, na sessão organizada pela RGP 1 sobre esse caráter excessivamente cênico, que eu chamo sim de *kitsch*, reforço, é *kitsch*. Não é condizente com o entorno, todos os argumentos já foram

colocados pela ASBEA. Independente dessa manifestação e independente de não estarmos aqui analisando um projeto arquitetônico, a aprovação de um projeto arquitetônico, muito menos em sua fase de projeto executivo, estamos analisando um Estudo de Viabilidade Urbanística, porém, o que estaremos aprovando não é aquilo que possivelmente, uma mensagem um tanto quanto lisa, sem se comprometer com nada de fato. Mas aqui estamos aprovando o que consta dos autos, o que consta dos autos vai além de um simples desenho de planta de EVU ou das volumetrias. Consta dos autos as imagens de cada elemento do projeto e esses elementos do projeto vão de encontro e não ao encontro, né, do que manifesta a ASBEA e reforça o IAB, o IAB assina embaixo. Então, o que estaremos aprovando? Não é aquilo que o empreendedor está mais ou menos se comprometendo, estamos aprovando aquele kit. E se eles fizerem e continuarem fazendo, nós não teremos qualquer possibilidade neste Conselho de incidir sobre aquilo. Não há nenhum compromisso, não é aquele parecer e esta mensagem que vai garantir que as alterações vão ser feitas. Aliás, que parecer vamos estar aprovando a partir de agora? Então, é isso que eu reforço. Por fim, quero reforçar outro aspecto do parecer de vista da ASBEA, de um novo olhar sobre essas novas concessões, que estamos a par de algumas. Aliás, é interessante, em Porto Alegre agora o investidor, lá em uma reunião fechada, fica sabendo antes que a sua população o que vem acontecendo. Este Conselho, por exemplo, nem sabia que havia sido contratada a Fundação Getúlio Vargas para desenvolver concessões e nós temos o dever de ofício, pelo Plano Diretor, de opinar sobre projetos na cidade. Então, no sentido do que vem coadunar com a ASBEA, mas ir adiante no sentido assim, provocar a partir daqui que os debates, antes... Porque no calendário das novas concessões é fácil, face o modelo para encaixar no interesse de investidores, aí abre um processo de consulta. Já está pronto, abre uma consulta, se atender, atendeu. Então, não existe participação, é consulta. Se a gente pega a escala de participação, tem 10 na escala, ela está lá no número dois da participação. Então, não venham dizer que é participação, porque nós voltamos á estaca dois da participação de Porto Alegre. Reforço aqui, nós precisamos debater antes, nós queremos olhar. Estou propondo, provocando uma proposta, vamos discutir os editais e os debates de concessão antes que ele venha para um processo de consulta, porque este Conselho é muito mais legítimo do que qualquer consultoria ou qualquer investidor para analisar as concessões de áreas públicas nesta cidade. Senão nós podemos estar frente a um debate e olhar um projeto como este numa área central de Porto Alegre. Um parque temático como este em uma área que não tivesse esse impacto na paisagem, em uma paisagem que está

sendo qualificada de fato, mas a gente tem essa coisa assim, do tempo do Epa. Então, é essa provocação que eu quero fazer para as demais concessões para que a gente não se depare novamente com isso. Reitero, o que nós estamos aprovando aqui não é uma promessa do que está no e-mail do empreendedor, nós estamos aprovando aqui o que consta dos autos do processo, são aquelas imagens. Se amanhã eles continuarem com aquelas imagens nós não teremos como questionar nada. Vai ser aquele projeto e ponto final. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela contribuição ao debate. Passo de imediato a palavra para a Doutora Cristiane Catarina. Lembrando só que a gente está evoluindo com todas as diversas contribuições que são dadas pelos conselheiros. Ela teve os momentos de processo participativo, teve consulta pública, audiência pública lá na oportunidade ainda da concessão, antes da assinatura do contrato, antes da própria licitação em si. E agora, o empreendedor vem ao Município aprovar a viabilidade urbanística a partir daquelas diretrizes estabelecidas pelo poder público. Então, atendendo aquelas diretrizes eles apresentam essa proposta e como consequência disso, após as respectivas aprovações que se inicia as intervenções, investimentos via iniciativa privada, em um parque hoje subutilizado. A gente sabe que ele é utilizado uma vez ao ano, especialmente, no momento do Acampamento Farroupilha. Então, a gente busca o investimento privado, de no mínimo 300 milhões para serem aportados ao longo do período de concessão, mas representa uma virada de chave na cidade, um marco de transformação urbana, turística do perfil. É um projeto do qual a gente aposta bastante, tem muita expectativa de que esse investimento de fato aconteça. Claro, sempre respeitando esse caráter público de acesso ao público, eventualmente, vão ter alguns locais sim que vão ser cobrados, assim são todos os parques no mundo que tem sustentabilidade. Nós do poder público não temos recurso para fazer esse investimento. Então, a gente está buscando a iniciativa privada e é natural que eles cobrem por alguns equipamentos que ali instalarem. Eu não tenho dúvida que vai movimentar a economia da cidade, vai qualificar esse processo de transformação que tem ocorrido, especialmente do Centro Histórico, é Porto Alegre se credenciando para o restante do Brasil, para o mundo como uma cidade também turística, que tem condição de receber o turista. Doutora Cristiane Catarina, nossa relatora. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Presidente, Conselheiros. Eu gostaria de levantar alguns pontos aqui. Primeiro o Conselheiro Felisberto, depois foi retomado pela Conselheira Claudete, falaram dessa questão da alteração da

paisagem natural para um parque cultural. E aí eu queria ressaltar a manifestação sobre isso do Conselheiro Rafael, que trouxe essa questão da importância de discutir os editais antes, nas novas considerações, que participasse das decisões antes do edital, antes da contratação, porque nesse caso aqui realmente a decisão já foi dada da alteração da paisagem natural, um parque cultural, *kitsch* ou não, não sei, mas a questão é que foi feita essa decisão administrativa. E aí nesse momento nós temos uma questão formal de competência de CMDUA, que na análise desse projeto se restringe ao mérito. Então, eu queria parabenizar e sugerir fortemente que se siga nessa linha que o Conselheiro Rafael falou, para que se possa atuar antes. A Conselheira Vaneska trouxe algumas colocações sobre a questão viária, porque de fato a análise técnica, a análise de impacto, a competência é da CAUGE. Eu estou me limitando a comentar questões práticas e de competência. Então, essa análise técnica não é do CMDUA, é da CAUGE, ainda que o estudo, se aquelas 103 páginas estão boas ou não estão, enfim, o fato é que não cabe ao CMDUA fazer essa análise. E em relação à fala dos Conselheiros Sérgio e depois o Hermes, sobre a possibilidade da alteração do relato para incorporar sugestões depois de vista, os debates. De fato, achei bem ,interessante eu não tinha noção dessa possibilidade, de nós fazermos. Então, acho isso bem interessante, mas uma vez que a gente já fez o relato, já foi colocado e firmado e apresentado, acho que nesse momento não é possível, ou sendo possível, mas neste momento eu não faria uma alteração no meu relatório. Eu vou mantê-lo de forma integral, porque já foi apresentado assim, evidentemente pelas razões que nós apresentamos pelo DEMHAB, no sentido de que entendemos que o mérito do projeto está na contribuição à paisagem, ainda que cultural, mas uma contribuição à alteração da paisagem, que os impactos foram minimizados pela manutenção de espaços verdes que se mantiveram no projeto. A integração dos espaços ao acesso livre à população. Enfim, por várias razões no parecer a nossa manifestação da relatoria foi no sentido de que seria favorável a aprovação do EVU que foi proposto. Então, eu vou manter integralmente o parecer favorável à aprovação, mas gostaria de fazer esse parêntesis de que pelo menos nos próximos relatos, Conselheiro Sérgio e Conselheiro Hermes, acho bem interessante que a gente possa fazer uma minuta talvez, apresentar no início uma minuta e ao final, na última palavra, manter a minuta ou fazer essas alterações. Até para incorporar argumentos, acho bem interessante essa ideia. Era isso, Presidente. Obrigada pela participação. Eu acho que todos puderam se manifestar, já é um bom indicio do debates. Mantenho a manifestação favorável nos termos exatos daqueles que apresentei na relatoria. Obrigada. **Germano Bremm,**

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheira Doutora Cristiane Catarina. Traz importantes contribuições para a gente até refletir, sempre amadurecemos nessa distribuição de ordem, entre relato, contribuições de relato de vista. Eu acho que a gente pode instrumentalizar essa dinâmica de eventual alteração, acrescentar algum ponto com os relatos de vista. Conselheiro Rafael Passos, Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Considerando a manutenção do relato inicial, em que pese, até onde eu entenda, é sempre uma prerrogativa do relator... Já está explicado, não estou lhe cobrando Doutora. Está explicado que vai manter, mas é uma prerrogativa sempre retirar e fazer outro. Mas a minha Questão de Ordem é o seguinte, frente ao que nós temos agora um relato inicial, parecer de vista, minha pergunta é como é que se vota, porque a gente não costuma votar parecer de vista. então, parecer de vista parece uma coisa meio pró-forma, porque quando tu tens, tu cotejas o inicial, vota o de vista e bom,aí vai ver qual dos dois é vencedor. Então, a minha pergunta é justamente essa, como é que se vota agora? Eu posso querer votar no inicial ou no de vista, como é que fica? Bem Questão de Ordem mesmo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Nós votamos o relato feito pelo relator, conforme prevê o nosso Regimento. A oportunidade do relato de vista, de acordo com o Regimento, é uma possibilidade de o interessado expressar o seu voto, porque este Conselho é público, as nossas transmissões são ao vivo. Então, é essa oportunidade que se tem e o conselheiro mais uma oportunidade de escrevê-la, ler ela diferente talvez diferente do relato feito pelo relator oficialmente responsável pelo processo. Então, nesse caso tivemos a relatoria do DEMHAB, conforme prevê o nosso regimento, manifestação favorável. Tivemos respectivos relatos de vista das diversas visões assim entendidas. Tivemos uma situação atípica, um posicionamento do próprio empreendedor, assumido o compromisso de incorporar no projeto as contribuições trazidas pela ASBEA. Então, aqui votamos o relato favorável da representação do DEMHAB. Conselheiro Felisberto, Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é reiterar o meu pedido de diligência e que seja colocado em votação da necessidade de ouvir o Fórum Regional Federal, bem como o Tribunal Regional Federal da 4ª e o MP, o Ministério Público Federal, porque eles serão impactados por esse empreendimento. Em nenhum momento aparece qualquer consulta a esses órgãos. E, além disso, em todo o entorno, inclusive, na Receita

Federal, na Câmara de Vereadores, serão impactados com isso. Então, solicito que o senhor coloque em votação, se for derrotado tudo bem, mas é uma prerrogativa deste conselheiro pedir diligência. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Só gostaria de esclarecer, como mencionado na última reunião, o nosso Regimento Interno prevê objetivamente a possibilidade de diligência a órgãos internos da administração. Não seria razoável e legalmente possível que a gente fizesse oitiva de órgãos externos. Este Conselho, com suas representações, é o órgão de manifestação externa da sociedade na gestão da política urbana e assim estruturado com representantes eleitos pelas regiões, representantes de entidades. Então, esta é a voz da Cidade de Porto Alegre por meio das suas representações. Avançamos, então, para o período de votação. A Doutora Cristiane Catarina, a Conselheira Relatora, já tem o voto favorável, conforme já manifestado. Avanço para a representação da EPTC, Conselheira Júlia, como vota, favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL da representação do DEMHAB ao expediente de viabilidade urbanística do Parque Harmonia? **VOTAÇÃO: Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Acompanho a relatora. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável ao relato. **Daniel Cardoso Leite (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Eu vou me abster, Secretário. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acompanho a relatora, favorável. **Cássio Weber (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET:** Favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. [Chat]. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária à condução efetuada pelo Secretário, contrária à dupla análise pelos conselheiros da... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** De acordo com o que eu explanei, votando não o compromisso, mas o que

consta dos autos, então, voto contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Conforme o nosso parecer de vista, contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, pessoal. Eu ratifico os termos do Conselheiro Saffer da ÁREA, também dito pelo Rodolfo, sou favorável à aprovação. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Também sou favorável ao que comentou o Conselheiro Saffer e sou favorável ao relato. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** E sou contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Reitero o nosso parecer, sou contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu voto contra. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente e demais colegas. Eu me solidarizo com o colega Conselheiro Felisberto, diante da solicitação das diligências dele, mas se não existe essa possibilidade e diante das colocações do colega Sérgio Saffer eu voto favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Na verdade, como o senhor já havia falado anteriormente, o nosso voto é um voto vencido. Infelizmente, só as regiões que se preocupam com a cidade, né, os funcionários da Prefeitura sempre vão votar todos juntos, como vocês são a maioria, né. O meu voto é, obviamente, contrário, eu sou a favor da cidade da cidade. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Todos aqui somos a favor da cidade, cada um com as visões diferentes. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite a todos eu voto contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiro e Presidente. Mais um projeto importantíssimo para a cidade, para essa nova imagem, esse novo perfil que Porto Alegre anda para frente. Apesar de algumas observações, que eu acho bastante interessante, que a gente pode renovar para as próximas etapas, eu sou absolutamente favorável a esse projeto. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu sou, como sempre falo, todo projeto que for para o crescimento da cidade sou a favor. Meu voto é favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**

Ambiental – OP-HOCDUA: Boa noite, Presidente. Favorável ao turismo e a cultura de Porto Alegre. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Vamos fazer aqui rapidamente a leitura dos votos. Temos 9 votos contrários, 1 abstenção e 14 votos favoráveis. Nesse sentido, aprovado o Item 5.12 da pauta, Estudo de Viabilidade Urbanística na Otávio Francisco Caruso da Rocha, mais conhecido como Parque da Harmonia. Então, Senhores Conselheiros, vamos avançando para o final da nossa reunião. Tivemos aqui uma votação importante,. Este é um Conselho democrático, projetos evoluem a partir dos debates aqui entabulados, mas realmente todos aqui estão sendo parte de um momento histórico da cidade. Uma revolução está em curso a partir desta aprovação também. Eu tenho certeza que na sequência serão iniciadas, a partir da apresentação dos projetos executivos, as obras dessa transformação urbana tão importante para a Cidade de Porto Alegre, há tantos anos demandada, sonhada. Um parque hoje ocioso, que é utilizado uma vez ao ano, com a proposta, como consequência a gente vai ter a ocupação, o uso, eventos durante todo o ano, conectando com o trecho um da orla já entregue, que é um sucesso de público no nosso cartão-postal, no pôr do sol mais bonito do Brasil. Então, é uma revolução que a gente aqui, os conselheiros de governo, de entidades, de regiões, estão sendo parte dessa mudança histórica e hoje demos um grande passo, importante passo no caminho dessa transformação da cidade de Porto Alegre. Obrigado a todos e uma excelente noite! Tchau, tchau!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Ata aprovada na sessão CMDUA de 18/10/2022, por maioria.

Link YouTube da sessão: https://youtu.be/6DzZlhPwXN4

Favoráveis: DEMHAB, EPTC, GP, METROPLAN, SMAMUS, SMDET, SMOI, SMGOV, ABES, CAU-RS, SENGE, SINDUSCON, SOCECON, RGP3, RGP6, RGP8, OP;

Abstenções: ACESSO, SAERGS, RGP1, RGP2, RGP4, RGP5.

Contrários: -